



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

GABINETE DO VEREADOR DUARTE CORDEIRO

PROPOSTA N.º 24 /2017

Assunto: Aprovar submeter à Assembleia Municipal a autorização para a alteração da repartição de encargos, bem como a alteração da assunção de compromissos plurianuais no âmbito do Concurso Público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, para "Aquisição de serviços de remoção de graffiti e cartazes, proteção das superfícies tratadas e manutenção das mesmas no Município de Lisboa"

PELOURO: Higiene Urbana – Vereador Duarte Cordeiro

SERVIÇO: DMHU

Considerando que:

1. O Município de Lisboa, em reunião de Câmara realizada no dia 13 de abril de 2016, aprovou a Proposta n.º 176/2016, relativa à deliberação de contratar e autorizar a despesa do Concurso Público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia" -Processo n.º 23/CPI/DA/CCM/2016;
2. A Assembleia Municipal, na 105ª reunião, em sessão extraordinária, realizada em 3 de maio de 2016, aprovou a repartição de encargos *sub judice* e emitiu a autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, nos termos da referida Proposta;
3. A Câmara Municipal de Lisboa, em reunião de 7 de Dezembro de 2016, através da Proposta n.º 691/2016, autorizou a adjudicação da prestação de serviços, objeto do procedimento, às empresas Perene, SA (Lotes 1,2,4,5 e 7), Meristema, Lda. (Lote 3) e Ambienti D'Interni Unipessoal (Lotes 6 e 8);
4. A Assembleia Municipal, na 129ª reunião, em sessão extraordinária, realizada em 20 de dezembro de 2016, autorizou a alteração da repartição dos encargos e da assunção de compromissos plurianuais, nos termos da referida Proposta;
5. Em 20 de fevereiro de 2017, houve lugar à instauração de ação urgente de contencioso pré-contratual por um dos adjudicatários, Ambienti D'Interni Unipessoal, junto do Tribunal Administrativo de Circulo de Lisboa, impugnando o ato de adjudicação supra referido, com a consequente suspensão automática dos seus efeitos;
6. Em 6 de março de 2017, no âmbito do processo judicial em causa, Processo n.º 362/17.0BELSB, o Município de Lisboa, nos termos legalmente previstos, solicitou o levantamento do efeito suspensivo automático;
7. A tramitação do Processo n.º 362/17.0BELSB, e os prazos associados, nos termos do Código do Processo nos Tribunais Administrativos, na redação em vigor, não é previsível ou sequer possível estimar uma data para a prolação da decisão judicial sobre o incidente para levantamento do efeito suspensivo, bem como para a sentença sobre o julgamento da ação;
8. Nessa medida, a despesa prevista para o ano de 2017, não será executada na totalidade, conforme prevista na repartição de encargos referenciada no quarto considerando, o que implica a sua redução, e necessariamente uma alteração à repartição de encargos para esse ano.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

GABINETE DO VEREADOR DUARTE CORDEIRO

9. Deste modo, o valor correspondente ao ano económico de 2017, passa a ser de € 301.350,01 (trezentos e um mil, trezentos e cinquenta euros e um cêntimo), sendo que o remanescente € 904.050,05 (novecentos e quatro mil, cinquenta euros e cinco cêntimos), repercute-se no prolongamento para o ano de 2020, uma vez que se mantém o prazo de execução contratual estabelecido de três anos;
10. Existe, assim, a necessidade de adaptar a repartição de encargos e assunção dos compromissos, vigentes, à situação superveniente e supra explanada;

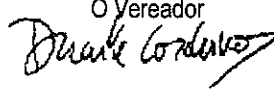
TENHO A HONRA DE PROPÔR QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE:

Submeter à Assembleia Municipal a autorização para a alteração da repartição de encargos, ao abrigo das disposições conjugadas na alínea dd) e da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, artigo 24.º e n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, bem como alteração da autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com a redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, para o Concurso Público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, n.º 23/CPI/DA/CCM/16, para "Aquisição de serviços de remoção de graffiti e cartazes, proteção das superfícies tratadas e manutenção das mesmas no Município de Lisboa", nos seguintes termos:

Proposta n.º 691/2016 aprovada em 7 de dezembro de 2016		Alteração Proposta	
Valor c/ IVA		Valor c/ IVA	
2017	1.205.400,06 €	2017	301.350,01 €
2018	1.205.400,06 €	2018	1.205.400,06 €
2019	1.205.400,06 €	2019	1.205.400,06 €
2020	---	2020	904.050,05 €
TOTAL	3.616.200,18 €	TOTAL	3.616.200,18 €

A despesa enquadra-se na rubrica orçamental com a classificação económica 02.02.20 (Outros trabalhos especializados) da ação do Plano A4.P002.09 (código 42359) da orgânica L17.01.

Lisboa, 17 de março de 2017.

O Vereador

(Duarte Cordeiro)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no artigo 19.º, n.º 2, do Regimento da Câmara Municipal, foram aprovadas na Reunião de Câmara de 23 de março de 2017, as atas, as moções, os votos de pesar, o voto de congratulação e as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento e os originais dos referidos documentos, a ata em minuta:

Apreciação e aprovação das atas n.ºs 144 e 146/2017 das reuniões de Câmara de 11 e 25 de janeiro de 2017.

(Aprovadas por unanimidade)

Voto de Pesar n.º 7/2017 **(Subscrito pela Sr.ª Vereadora Catarina Vaz Pinto)**

Aprovar o Voto de Pesar pelo falecimento de Maria Velez, nos termos do voto;

(Aprovado por unanimidade)

Voto de Pesar n.º 8/2017 **(Subscrito pela Câmara)**

Aprovar o Voto de Pesar pelas vítimas do atentado terrorista em Londres, nos termos do voto;

(Aprovado por unanimidade)

Voto de Congratulação n.º 3/2017 **(Subscrito pelo Sr. Vereador Jorge Máximo)**

Aprovar um Voto de Congratulação ao trabalhador do Município de Lisboa, Hélder Mestre, na Meia Maratona de Lisboa, pelo elevado mérito desportivo alcançado na classe T51, nos termos do voto;

(Aprovado por unanimidade)



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Proposta n.º 124/2017 (Subscrita pelo Sr. Vereador Duarte Cordeiro)

Aprovar submeter à Assembleia Municipal a autorização para a alteração da repartição de encargos, bem como a alteração da assunção de compromissos plurianuais, no âmbito do Concurso Público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, para "Aquisição de serviços de remoção de graffiti e cartazes, proteção das superfícies tratadas e manutenção das mesmas no Município de Lisboa", nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	12 (6PS, 3Ind. e 3PPD/PSD)	2 (PCP)	1 (CDS/PP)

Proposta n.º 125/2017 (Subscrita pelo Sr. Presidente)

Aprovar o "Acordo sobre os termos e condições da colaboração para a realização do ARRAIAL LISBOA PRIDE", e definição da comparticipação financeira prevista no mesmo acordo, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	13 (6PS, 2Ind., 3PPD/PSD e 2PCP)	-	1 (CDS/PP)

Proposta n.º 126/2017 (Subscrita pelo Sr. Vereador Duarte Cordeiro)

Aprovar a prorrogação dos contratos respeitantes à instalação, exploração e manutenção de mobiliário urbano, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	11 (6PS, 3Ind. e 2PCP)	-	4 (3PPD/PSD e 1CDS/PP)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 156/2017 (Subscrita pelo Sr. Vereador Duarte Cordeiro)

Aprovar a transferência de verba para o Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo de Lisboa (CACCL), nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 157/2017 (Subscrita pela Sr.ª Vereadora Paula Marques)

Aprovar a transferência de verba para a AMBPC - Associação de Moradores do Bairro Padre Cruz, para reforço do apoio financeiro já concedido pelo trabalho desenvolvido e a desenvolver no processo de realojamento do bairro, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 158/2017 (Subscrita pela Sr.ª Vereadora Catarina Vaz Pinto)

Aprovar a transferência de verba para as coletividades organizadoras dos arraiais populares de 2017, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 159/2017 (Subscrita pela Sr.ª Vereadora Catarina Vaz Pinto)

Aprovar a transferência de verba para as coletividades organizadoras das marchas populares de 2017, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro eu, *Paula Levy* Diretora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho, em 23 de março de 2017

O Vice-Presidente

Duarte Cordeiro
Duarte Cordeiro

PROPOSTA 124/2017 - APROVAR SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A AUTORIZAÇÃO PARA A ALTERAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS, BEM COMO A ALTERAÇÃO DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, NO ÂMBITO DO CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA, PARA "AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE REMOÇÃO DE GRAFFITI E CARTAZES, PROTEÇÃO DAS SUPERFÍCIES TRATADAS E MANUTENÇÃO DAS MESMAS NO MUNICÍPIO DE LISBOA", NOS TERMOS DA PROPOSTA;

O Sr. Presidente em exercício: - Vamos votar, ponto 11, Proposta 124/2017. Só fazer uma nota explicativa, talvez seja suficiente para efeito de esclarecimentos.

O Concurso público no que diz respeito à aquisição de serviços de remoção de grafitis, no fundo, está em tribunal porque houve um dos concorrentes que colocou em tribunal o concurso. Dada a urgência e a importância, nós estamos a fazer a alteração da repartição de encargos para libertar a verba para avançar no imediato procedimentos por ajuste direto, enquanto o processo em tribunal está a ser resolvido. Portanto esta alteração, no fundo é para enquanto o processo em tribunal se vai resolvendo e nós conseguimos antecipar que ele seja imediato ou célere. Estamos a resolver o problema por necessidade pública de serviço público que temos que prestar nesta área da remoção e limpeza de grafitis.

Sr. Vereador João Gonçalves Pereira.

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - Muito obrigado Sr. Presidente em exercício eu queria apenas colocar uma questão que é, porque não estava na própria proposta. Qual é que foi a razão invocada pelo concorrente, que reclamação é que apresentou?

O Sr. Presidente em exercício: - Penso que terá sido "conluio" dos restantes concorrentes. E portanto terá sido essa a razão invocada. De qualquer forma é uma matéria que terá que ser o tribunal, obviamente, a decidir. Nós do nosso lado como temos a necessidade expressa deste serviço, o que fizemos foi, estamos aqui a submeter a uma alteração de repartição de encargos para poder libertar as verbas para avançar para um processo de ajuste direto, por um período temporal que nós pareça suficiente para, enquanto o processo em tribunal é resolvido. Lembro que nós tínhamos um processo concursal para 3 anos, portanto era até uma coisa que geria alguma estabilidade nesta área, na

área do município. E portanto vamos ter que retomar um bocadinho o princípio de curto prazo enquanto este processo está a ser resolvido. Assim que este processo ficar resolvido, obviamente haverá uma decisão de tribunal que nos comprometerá no ponto de vista daquilo que é a contratação pelo período de tempo mais longo.

Vamos então votar, ponto 11, Proposta 124/2017, quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada com o voto contra do PCP e a abstenção do CDS e o voto favorável dos restantes Vereadores.

O Sr. Presidente em exercício pôs à votação a Proposta 124/2017 a qual foi aprovada por maioria com 12 votos a favor (6PS, 3Ind. e 3PPD/PSD), 1 abstenção (CDS/PP) e 2 votos contra (PCP)